

NOTA HISTORIOGRÁFICA SOBRE O CONCEITO DE CLASSE: A História Social Inglesa e a Era Vitoriana na Inglaterra

Autor: Jean Paul Gouveia Meira

jeanpaulgm86@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande

Orientador: Gervácio Batista Aranha

Palavras-chaves: Conceito de classe, Era Vitoriana e História Social

“A narrativa histórica, o contorno mais amplo dos acontecimentos, está dada. Ainda que se estude de modo sistemático o pormenor da documentação existente, isso não modificará o que é essencial, factualmente, na história. Mas a interpretação variará segundo as nossas atitudes, segundo o que vivemos no presente. Por isso a reinterpretação não é somente possível – é também necessária. Assim como o professor Barraclough tornou possível a nossa geração consciente do estreito providencialismo que domina a perspectiva da maior parte dos historiadores e nos instou a ampliar a geografia de nossos estudos, da mesma forma a experiência de alguma coisa que se aproxima da democracia faz-nos ver que a maior parte da nossa história está escrita a respeito de um minúsculo fragmento da população, e do seu ponto de vista, e dá-nos a intenção de ampliá-la tanto em profundidade quanto em largura.”

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp. 33.

O conceito de classe generalizado, proposto por Marx no século XIX, perde seu real sentido conforme as novas abordagens da História Social Inglesa. Trataremos nessa oportunidade do revisionismo ou das dificuldades em se criar um novo conceito de classe, de maneira que inclua novos sujeitos históricos e suas particularidades, outrora esquecidos na historiografia tradicional, no processo histórico vivenciado pela Inglaterra da Era Vitoriana. Partindo da idéia de que a Revolução Industrial proporcionou mudanças significativas nas camadas sociais das diversas nações emergentes no mundo capitalista, torna-se necessário relativizar o próprio termo classe, devido às novas experiências vividas por indivíduos competitivos no mercado de trabalho. Sendo assim, o diálogo com a antropologia social de Franz Boas será de significativa importância para o nosso propósito.

Para tanto, iniciaremos com o estudo do contexto histórico da Inglaterra na Era Vitoriana da qual Marx fez parte, e elaborou o conceito generalizado de classe; além de abordarmos, um pouco, o seu materialismo histórico. Em seguida, analisaremos os debates

em torno do conceito de classe propostos por representantes da História Social Inglesa, evidenciando o papel significativo da incorporação dos novos sujeitos no processo histórico e suas relações sociais. Por fim, apontaremos as principais dificuldades na reformulação ou na criação de um novo conceito de classe para a historiografia contemporânea. Na efetivação dessa pesquisa, dialogamos com Christopher Hill, Edward P. Thompson, Eric J. Hobsbawn, Jacques Ranciere, Karl Lowith e Peter Gay, dentre outros que compartilham das novas abordagens em torno do mundo capitalista contemporâneo.

Nesse contexto, a certa altura de 1780, pela primeira vez na história da humanidade, segundo Hobsbawn, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornou capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente, ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Provavelmente, sob qualquer aspecto, este processo histórico foi o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades. Trata-se, portanto, da Revolução Industrial surgida na Grã-Bretanha, região que apresentava condições adequadas de incorporação do lucro privado nos objetivos da política governamental, a qual desde o século XVII, esteve livre das práticas mercantilistas dos reis absolutistas, e incorporou o ideal do *laissez-faire* para sua economia. Em termos de vendas, a Revolução Industrial pode ser descrita, com exceção dos primeiros anos da década de 1780, como a vitória do mercado exportador sobre o doméstico. A expansão das fábricas podia ser facilmente financiada através dos lucros correntes, pois a combinação de suas vastas conquistas de mercado, com uma constante inflação dos preços produzia lucros fantásticos. Em toda a parte, tais fábricas começaram a ser mecanizadas, e as pequenas “indústrias” manuais foram perdendo sua importância. Entretanto, “(...) *Só a partir da década de 1840 é que o proletariado, rebento da revolução industrial, e o comunismo, que se achava agora ligado aos seus movimentos sociais – o espectro do Manifesto Comunista -, abriram caminho pelo continente. (...)*”.

Sendo assim, Marx afirmava que somente os proletários que foram “completamente” excluídos de “todo” e qualquer exercício espontâneo das suas faculdades humanas, devido ao ritmo de trabalho exaustivo das fábricas, são também capazes de atingir a emancipação total e não apenas parcial, apropriando-se da totalidade dos meios de produção das indústrias emergentes. Nesse sentido, o proletário personificaria a economia contemporânea como o destino humano, de tal forma que o seu interesse particular não pode senão coincidir com o interesse comum de seus próximos, ou seja, sua “classe”, que se opõe ao interesse privado de propriedades e capitais financeiros. Esta filosofia do proletariado, presente no Manifesto Comunista, tem relevância científica no seu conteúdo

escatológico: a história de todas as sociedades existentes até o momento é a história de lutas de classes, isto é, dos antagonismos sociais entre homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e artesão, burguês e proletário. Dessa forma, Marx generaliza o conceito de classe, composta por indivíduos de uma determinada camada social completamente unida e compacta. No entanto, *“A burguesia industrial moderna cortou completamente os laços ‘naturais’ que uniam o homem ao seu ‘superior natural’. Não deixou qualquer outra relação entre o homem e o homem excepto o mais puro egoísmo, o insensível pagamento em dinheiro.”*

O que muda no conceito de classe para E. P. Thompson são os contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. Em alguns momentos, a cultura e os valores de determinadas comunidades podem opor-se ao abarcante sistema de dominação e controle, conforme o marxismo tradicional. No entanto, por longos períodos, esse antagonismo pode ser desarticulado e inibido, deixando de existir. Somente em circunstâncias excepcionais as pessoas vão além da sua experiência local, de seus valores vividos e apresentam um desafio mais amplo. Como diria o próprio Thompson, se estamos interessados na transformação histórica, precisamos atentar para as minorias com linguagem articulada. É um grave erro generalizar os motins e as revoltas populares, como ação de uma classe, e tirar como conclusão uma hostilidade geral dos pobres urbanos ou proletários em relação às idéias revolucionárias, ou até mesmo jacobinas, pois tais ideais partiam não desses pobres trabalhadores, mas de grupos dissidentes da classe média, apenas em oposição ao clero e à monarquia atuante na Inglaterra da época. Com o tempo essas idéias ganharam adesão popular, mas não de todos, apenas de poucos que se submetiam a tais princípios. *“Tanto nas comunidades rurais como nas urbanas, uma consciência de consumidor precedeu outras formas de antagonismo político ou industrial. (...)”* Portanto, até mesmo entre os proletários haveria formas de antagonismos.

Ademais, quando se faz uma releitura do passado busca-se a multiplicidade de experiência, tenta-se revalorizar as perdas e os ganhos dos subalternos, que tiveram uma grande importância histórica, pois só assim compreendem-se os conflitos e os processos de transformação. O fato é que, segundo Christopher Hill, tais subalternos não se limitam a escolher o mal menor numa luta entre classes que aspiram a dominá-los; eles também têm o seu discurso próprio, a sua luta contra a dominação de classe.

“(...) Houve, porém, outra revolução, que nunca chegou a se concretizar, embora de tempos em tempos ameaçasse acontecer. Ela poderia haver estabelecido um sistema comunal de propriedade e uma democracia muito mais ampla nas instituições legais e políticas; poderia, também, haver retirado da Igreja Anglicana o seu caráter oficial e repudiado a ética protestante.”

Nesse contexto, a “classe” operária poderia estar sempre em formação, apresentar em cada etapa esse aspecto de um lugar de trânsito, onde o olhar culto se perde tentando distinguir o verdadeiro proletário do artesão tardio ou do terciário desqualificado. As vias que conduzem à dominação podem assim se confundir com os caminhos da simples existência operária. Em outras palavras, segundo Jacques Ranciere, para esses trabalhadores, a dominação é, de fato, o termo normal que não supõe de modo algum a vontade de passar para o lado dos exploradores. Já a palavra emancipação, serve para designar a ascensão individual do operário que se estabelece por conta própria e a libertação do proletariado oprimido.

“(...) É preciso, por um lado, apagar os sinais de uma especificidade operária, que remete à naturalidade das castas e ao reino da força, para alcançar a cidadania na civilização burguesa. Por outro, é preciso denunciar em seu comportamento os estigmas burgueses do egoísmo e da exploração. A luta pelo reconhecimento implica um duplo movimento: passagem do reino feudal da força ao reino burguês da razão; desafio aristocrático às normas burguesas da poupança e do enriquecimento.”

Dai a dificuldade de encontrar um novo conceito de classe para a contemporaneidade.

Para tanto, uma aliança entre os utilitaristas e os protestantes evangélicos, secundada por humanitários com idéias afins, tanto seculares como devotos, transformou-se na consciência burguesa em combate contra as favelas urbanas, o trabalho infantil e os horários excessivos para os trabalhadores adultos. A Lei das Fábricas fez desaparecerem quase por completo alguns desses piores males. Foi o primeiro passo firme em direção à demonstração de uma preocupação nacional quanto a alguns efeitos do capitalismo industrial. Essa conclusão nos leva a indagar de onde poderia ter provindo o impulso ético para reduzir a vitimização dos trabalhadores pobres.

“Ao considerarmos os problemas de classe, é fácil esquecer o fato de que entre as vítimas do capitalismo havia grande número de capitalistas. Não falo de danos financeiros e sociais, mas sim dos prejuízos emocionais. Os feridos ambulantes eram os financistas obsessivos, os executivos, gerentes e donos de pequenas lojas, que não podiam deixar de trabalhar, não tiravam férias e nem se aposentavam. (...)”

Contudo, relativizar o conceito de classe torna-se de extrema importância para não deixarmos de fora as mais diversas relações sociais proporcionadas pelos diversos agentes históricos, alguns outrora esquecidos pela historiografia mais tradicional, e lembrarmos que antes de existir qualquer consciência de classe, é preciso averiguar as experiências sócio-culturais vivenciadas pelas particularidades envolvidas no processo histórico em análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GAY, Peter. **O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média.** Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640.** Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBSBAWN, Eric. J. **A Era das Revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LOWITH, Karl. "Marx". In: **O Sentido da História.** Lisboa: Edições 70, s/d.

RANCIERE, Jacques. **A Noite dos Proletários.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.